

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.164.159.783,51</b>	<b>1.651.350,18</b>	<b>1.165.811.133,69</b>
Pessoal Ativo	796.181.601,72	1.456.248,01	797.637.849,73
Pessoal Inativo e Pensionistas	367.978.181,79	195.102,17	368.173.283,96
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>315.758.151,02</b>	<b>742.395,51</b>	<b>316.500.546,53</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	5.490.069,06	742.395,51	6.232.464,57
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	310.268.081,96		310.268.081,96
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>848.401.632,49</b>	<b>908.954,67</b>	<b>849.310.587,16</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>656.857.643.000,00</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,129161%</b>	<b>0,000138%</b>	<b>0,129299%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,221065%</b>		<b>1.452.082.348,50</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,210012%</b>		<b>1.379.478.231,07</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,198959%</b>		<b>1.306.874.113,65</b>

FORNE: Siafi Operacional (despesas executadas de 2014) e Tesouro Gerencial (despesas executadas de 2015) - COFIN/SECOF/TRT 4ª Região - 21/SET/2015 - 14hs.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 5.998.812,39.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 4.812.569,32.

4) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 49.661.385,02.

CLEUSA REGINA HALFEN  
PRESIDENTE

DANIELA VAZ DOS SANTOS  
ORDENADORA DE DESPESAS

ALEXANDRE MODESTO FARIAS  
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, SUBSTITUTO

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES  
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO